

# Deputados querem abrir CPI da educação

■ Assembléia Legislativa recebeu mais de 60 denúncias telefônicas sobre falta de professores e mau estado das escolas públicas

João Vitor de Almeida, 14 anos, cursa a 1ª série do 2º grau no Colégio Estadual Professor Manoel Maurício Albuquerque, em Anchieta. Desde o início do semestre não tem aulas em seis disciplinas. Thais Cunha do Nascimento estuda no Colégio Estadual Elisiário Motta, em Maricá. Suas aulas começaram 20 dias após o previsto devido à falta de professores. Antônio Carlos da Costa, 15 anos, não pode frequentar o Colégio Estadual Olavo Bilac, em São Cristóvão, nos dias de chuva, devido às inúmeras goteiras que o impedem de assistir às aulas.

Denúncias como as de João Vitor, Thais e Antônio Carlos provocaram a reflexão de alguns parlamentares. As irregularidades das escolas da rede pública poderão acabar criando mais uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa. O pedido de abertura da CPI da educação foi assinado, ontem, por 32 deputados. No entanto, a CPI para apurar as causas da crise na rede de educação só poderá ser instalada após o encerramento de alguma das outras comissões já formadas por deputados para analisar problemas do estado.

Desde a semana passada, a deputada Miriam Reid (PMN) passou a incentivar pais, alunos e professores para divulgar a situação da rede estadual de educação, através de uma linha direta, instalada em seu gabinete: o disque-educação, que recebeu mais de 60 ligações. "Vamos apurar tudo a respeito da falta de vagas e da falta de professores nas escolas", garantiu Miriam.

A deputada conseguiu a adesão da maioria dos 41 parlamen-

tares presentes em plenário na tarde de ontem. Apenas nove não assinaram a lista. "Considero fundamental que as denúncias sejam confirmadas, já que diariamente perdemos 11 professores da rede pública. Assinei o pedido, mas sei que esse processo poderá levar tempo para ser tocado adiante", comentou o deputado Carlos Minc (PT).

Segundo Miriam Reid, as ligações do disque educação, feitas pelo número 533-7230, geraram fortes subsídios para a aprovação do pedido da CPI. As chamadas telefônicas também enriqueceram o relatório que será enviado ao governador Marcello Alencar e à secretária estadual de Educação, Mariléa da Cruz. O documento pretende informar às autoridades sobre o quadro caótico do ensino público do Rio de Janeiro. "Saí da sala de aula diretamente para a Assembléia Legislativa. Conheço de perto todos os problemas da categoria. Por essa razão, peço a todos os interessados que continuem denunciando. Só assim vamos tirar a educação brasileira do buraco", diz Miriam.

A secretária de Educação não tinha conhecimento do pedido de abertura da CPI e comentou que o ano de eleição pode induzir muitos políticos a elaborarem grandes projetos. Mariléa disse ainda que a deputada Miriam Reid pertence a um partido de oposição ao governo. "Assim como Miriam tem seus direitos, eu também tenho os meus. Vou continuar tomando as medidas que considero importantes para solucionar os problemas do sistema de ensino. Como parlamentar ela pode tomar suas medidas", afirmou a secretária.